



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

TARDE

## TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - ADMINISTRATIVA

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL MÉDIO

TIPO 3 – AMARELA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

1

A pontuação é um elemento importante na clareza da frase. A opção abaixo em que o emprego da vírgula é devido à elipse do verbo, é:

- (A) Quando se morre, é por muito tempo;
- (B) Eu percebo, sem nenhum temor, a desunião das moléculas de minha existência;
- (C) Nada resume um homem, nem sequer suas ideias;
- (D) Ele tinha a mesma doença que eu, só que a minha é pior;
- (E) A rosa vive uma hora; o cipreste, cem anos.

2

Observe o pequeno fragmento descritivo a seguir.

“A pequena casa branca ficava no meio da rua, com um regato na frente. As janelas e as portas eram pintadas de azul colonial. Um estreito caminho de pedras levava até a porta da frente, que, aberta, permitia o acesso a uma simpática sala de visitas, com dois sofás, uma mesa de centro e uma grande tela de televisão na parede...”

Sobre esse texto é inadequada a seguinte afirmativa:

- (A) uma das estratégias usadas nessa descrição é o observador partir de fora para dentro da casa descrita;
- (B) uma segunda estratégia empregada nesse mesmo texto é o movimento partir do todo para as partes;
- (C) uma terceira estratégia, que acumula com as anteriores, é a de descrever a casa de longe para perto;
- (D) a descrição é predominantemente objetiva, com características da casa, mas apresenta também poucas interferências do observador, por meio de qualidades, como “simpática”;
- (E) a descrição realizada é do tipo informativo, passando ao leitor a impressão de realidade.

3

A frase abaixo que exemplifica a voz passiva, é:

- (A) Basta ver um promontório, uma montanha, um mar e um rio, para ter visto todos;
- (B) O cão foi criado especialmente para as crianças. É o deus da brincadeira;
- (C) Meus cachorros são mais saudáveis que muita gente que frequenta a praia;
- (D) Procura na natureza e, se souberes encontrar, acharás o que procurares;
- (E) Pode o cão ladrar contra todos, mas não pode morder senão os que dele se aproximam.

4

Abaixo aparecem cinco cartazes de rua; o cartaz que está inteiramente correto, é:

- (A) Vende-se plantas!
- (B) Não dobre a direita!
- (C) Estacionamento gratuito.
- (D) Sanduíche mixto \$R10.
- (E) Farmácia 24h.

5

A coerência é uma das marcas da textualidade. Entre as frases abaixo, aquela que é logicamente coerente, é:

- (A) Mais valem dois pássaros voando, que um na mão;
- (B) Se você não for ao enterro dos seus amigos, eles não virão ao seu;
- (C) Pelo amor de Deus, me inclua fora dessa confusão!
- (D) Quando, na vida, você parar diante de um cruzamento, não titubeie, tome-o!
- (E) Desde quando você tem essa marca de nascença?

6

A frase em que a forma do pronome demonstrativo sublinhada está bem empregada, é:

- (A) Desde quando você tem esta marca de nascença, aí no ombro?
- (B) A verdade sobre um homem reside em primeiro lugar nisso que ele esconde;
- (C) As almas têm ilusões assim como as aves têm asas. São essas que lhe permitem voar;
- (D) “Os sábios dizem que a vossa luz se apagará um dia”, disseram os pirilampos às estrelas. Estas, porém, não disseram nada;
- (E) Prefiro isso: o paraíso pelo clima e o inferno pelas companhias.

7

A frase em que a forma da palavra “anexo” está em desacordo com as regras de concordância, é:

- (A) Em anexo a este documento estão as fotos pedidas;
- (B) Anexo vão os recibos das compras anteriores;
- (C) As declarações anexas estão sem reconhecimento legal;
- (D) As fotos e os recibos da compra estão anexos;
- (E) Anexas ao pacote das camisas estão as obras pedidas.

8

A opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico corretamente, é:

- (A) dócil / maquinária;
- (B) autóctone / rúbrica;
- (C) hífen / táctil;
- (D) barbária / têxtil;
- (E) éter / cíclope.

9

Em todas as frases abaixo há um par de palavras sublinhado; a frase em que a inversão de posição desses termos provoca uma mudança de significado, é:

- (A) Até os deuses gostam das próprias piadas;
- (B) O inferno está cheio de boas intenções;
- (C) Inútil interrogar o céu: ele tem respostas rápidas;
- (D) Deus pendura os maiores pesos nas suas menores;
- (E) Os deuses ocupam-se das coisas grandes.

**10**

A opção abaixo em que os dois adjetivos indicados NÃO variam em número nem em gênero, é:

- (A) rosa / creme;
- (B) branco / firme;
- (C) constante / frequente;
- (D) melhor / superior;
- (E) marrom / atuante.

**11**

A frase abaixo em que a forma sublinhada se refere a um termo anterior (anafórico) e não a um termo seguinte (catafórico), é:

- (A) Com fé você vence. Sem fé, passa para trás os que venceram;
- (B) O que fiais na roça e no tear teceis / Não encobre de Deus os males que fazeis;
- (C) O homem faz o que pode e Deus o que quer;
- (D) Dize-me o que pedes a Deus e eu te direi quem és;
- (E) A vitória, isso é o que procuro!

**12**

Observe a frase a seguir.

“Os deuses brincam com os homens como se fossem bolas.”

O problema estrutural dessa frase é:

- (A) a incoerência;
- (B) a ambiguidade;
- (C) um erro de pontuação;
- (D) a troca indevida de parônimos;
- (E) a falta de coesão.

**13**

A opção em que o tipo da frase – declarativa, interrogativa, exclamativa, injuntiva – está corretamente indicado, é:

- (A) Saia daqui e não volte mais! / injuntiva;
- (B) Eu queria um sorvete de baunilha / exclamativa;
- (C) Olhe só! Eles estão chegando / declarativa;
- (D) Não faça barulho, por favor! / exclamativa;
- (E) Por que você não aprende computação? / injuntiva.

**14**

Há alguns verbos na língua portuguesa – ter, fazer, dar e pôr – que são empregados em lugar de outros de significado mais preciso. A frase abaixo em que o verbo DAR é substituído adequadamente por outro verbo de valor equivalente e mais específico, é:

- (A) As datas, só elas dão verdadeira consistência à vida e à morte / As datas, só elas trazem verdadeira consistência à vida e à morte;
- (B) Os jurados do programa decidiram dar uma chance ao candidato / Os jurados do programa decidiram conceder uma chance ao candidato;
- (C) O dia mais desperdiçado de todos é aquele no qual não demos uma risada / O dia mais desperdiçado de todos é aquele no qual não proferimos uma risada;
- (D) Os donos da casa deram cumprimentos a quem chegava / Os donos da casa emitiram cumprimentos a quem chegava;
- (E) Tudo se deu de forma inesperada / Tudo foi mostrado de forma inesperada.

**15**

A frase abaixo em que a oração adjetiva sublinhada foi adequadamente substituída por um substantivo ou um adjetivo, é:

- (A) Com fé você vence. Sem fé, passa para trás os que venceram / vitoriosos;
- (B) Eu só acreditaria num Deus que soubesse dançar / bailarino;
- (C) Os bens que Deus promete são mais seguros que todos aqueles dados pelo mundo / concedidos por Deus;
- (D) Todo homem é uma divindade disfarçada, um deus que se faz de bobo / perturbado;
- (E) Os deuses nos vendem todos os bens que nos dão / disponibilizados.

**16**

Todas as frases abaixo mostram marcas do modo argumentativo de organização discursiva; a frase em que a tese defendida é acompanhada de um argumento, é:

- (A) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra;
- (B) Como dizem os sábios latinos, a vida é breve;
- (C) O tempo perdido não se encontra nunca mais;
- (D) Sempre temos tempo suficiente se dele fazemos bom uso;
- (E) As pessoas que não fazem nada nunca têm tempo.

**17**

ACERCA DE / CERCA DE / A CERCA DE são três expressões de emprego distinto. A frase em que houve uma troca indevida entre elas, é:

- (A) Os convidados chegaram cedo e ficaram a cerca de 10 metros do palco principal;
- (B) Havia cerca de 100 pessoas que tinham assistido ao acidente e poderiam prestar testemunhos;
- (C) A conferência explorou as hipóteses acerca da localização de Atlântida;
- (D) Havia acerca de 10m entre o palco e o público;
- (E) Prometo nunca mais discutir acerca desse tema.

**18**

Todas as frases abaixo permitem que se infira a referência a um local da casa; a frase em que o local indicado está em desacordo com as informações da frase, é:

- (A) Mamãe lava a louça enquanto papai a enxuga / cozinha;
- (B) Papai rega a grama enquanto mamãe tira as pragas das plantas / varanda;
- (C) Estirado no sofá, vejo filmes toda noite / sala de visita;
- (D) Uma vez que deixou o chuveiro, João limpa o espelho / banheiro;
- (E) Papai chegou tarde, guardou o carro e abaixou a porta com cuidado, para não fazer barulho / garagem.

**19**

Entre as frases abaixo, aquela que identifica corretamente a relação lógica entre os segmentos destacados, é:

- (A) Quanto menos tempo se tem, / mais tempo se encontra. – correlação;
- (B) Nós matamos o tempo, / mas ele nos enterra. – comparação;
- (C) Enquanto falo, / as horas passam. – condição;
- (D) Recomendo-te que tenhas cuidado com os minutos, / de vez que as horas cuidarão de si mesmas. – causa e consequência;
- (E) Como diz um amigo meu, / antes tarde do que mais tarde. – modo.

**20**

A frase abaixo que mostra uma estrutura de antíteses, ou seja, mostra palavras de significados opostos, é:

- (A) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra;
- (B) As pessoas que não fazem nada nunca têm tempo;
- (C) Nós matamos o tempo, mas ele nos enterra;
- (D) Os amigos se mantêm perto; os adversários, mais perto ainda;
- (E) O tempo perdido não se encontra nunca mais.

## Matemática

**21**

Considere a amostra formada por números inteiros:

2, 5, 9, X, Y, 2, 6.

Sabe-se que  $4 < X < Y$ , que a amostra dada tem moda única e que a média é igual à mediana.

A soma dos possíveis valores de X é:

- (A) 13;
- (B) 14;
- (C) 15;
- (D) 16;
- (E) 17.

**22**

Samuel entrou em uma hamburgueria para levar um lanche para casa. Ele reparou que o preço do hambúrguer de sua preferência custava 1 real a mais do que dois sucos de laranja.

Samuel comprou três hambúrgueres e dois sucos de laranja, pagando o total de 91 reais.

O preço de um hambúrguer é:

- (A) 21 reais;
- (B) 22 reais;
- (C) 23 reais;
- (D) 24 reais;
- (E) 25 reais.

**23**

Duas urnas, A e B, contêm cada uma delas seis bolas idênticas e numeradas. As seis bolas da urna A estão numeradas com 1, 3, 4, 6, 8, 10 e as seis bolas da urna B com 2, 3, 5, 6, 7, 10.

Retira-se aleatoriamente uma bola de cada urna.

A probabilidade de o número da bola da urna A ser menor ou igual ao número da bola da urna B é de:

- (A)  $\frac{5}{9}$ ;
- (B)  $\frac{5}{12}$ ;
- (C)  $\frac{4}{9}$ ;
- (D)  $\frac{7}{12}$ ;
- (E)  $\frac{1}{2}$ .

**24**

Laura recebeu certa quantia. Gastou 40% dela e, do restante, depositou 30% na poupança.

Após essas operações, em relação à quantia recebida, Laura ficou ainda com:

- (A) 30%;
- (B) 36%;
- (C) 42%;
- (D) 48%;
- (E) 52%.

**25**

Considere as 6 letras da palavra MACAPA. O número de maneiras diferentes de escrever essas 6 letras de modo que não apareçam duas letras A juntas é:

- (A) 6;
- (B) 12;
- (C) 16;
- (D) 24;
- (E) 48.

**26**

Três torneiras iguais, trabalhando juntas, enchem certa cisterna em 36 horas. Com a cisterna vazia, as três torneiras foram abertas, mas depois de 18 horas uma das torneiras entupiu completamente.

O tempo que as duas torneiras restantes levaram para completar o enchimento da cisterna foi de:

- (A) 24 horas;
- (B) 27 horas;
- (C) 30 horas;
- (D) 36 horas;
- (E) 45 horas.

**27**

Luiza fez uma compra no valor de R\$ 360,00 e pagou em duas parcelas, sendo a primeira de R\$ 180,00 no ato da compra e a segunda de R\$ 216,00 um mês após.

A taxa de juros mensal que Luiza pagou foi de:

- (A) 5%;
- (B) 10%;
- (C) 15%;
- (D) 20%;
- (E) 25%.

**28**

Considere os conjuntos:

$$A = \{0, 2, 3, 5, 6, 7\} \text{ e } B = \{0, 1, 4, 5, 7, 8\}.$$

Sejam  $X$  e  $Y$  a união e a interseção, respectivamente, dos conjuntos  $A$  e  $B$ .

É correto afirmar que:

- (A)  $X$  tem 9 elementos a mais do que  $Y$ ;
- (B)  $Y$  tem 9 elementos a mais do que  $X$ ;
- (C)  $X$  tem 6 elementos a mais do que  $Y$ ;
- (D)  $Y$  tem 6 elementos a mais do que  $X$ ;
- (E)  $X$  e  $Y$  têm a mesma quantidade de elementos.

**29**

Tereza tem R\$ 60,00 a mais do que Vera. Para que Tereza fique com apenas R\$ 10,00 a mais do que Vera, ela deve dar  $X$  reais para Vera.

O valor de  $X$  é:

- (A) 50;
- (B) 45;
- (C) 30;
- (D) 25;
- (E) 10.

**30**

Considere as afirmativas:

- Quem é estudante é jovem.
- Quem é jovem gosta de festa.

A partir dessas afirmativas, é correto afirmar que:

- (A) Todo jovem é estudante;
- (B) Quem gosta de festa é jovem;
- (C) Quem não é estudante não é jovem;
- (D) Quem não é jovem não gosta de festa;
- (E) Quem não gosta de festa não é estudante.

## Legislação Específica

31

Marilda, servidora do Poder Judiciário do Estado do Amapá e que atua junto à Corregedoria-Geral da Justiça, foi informada por uma colega sobre o início dos preparativos para a realização de uma correição geral.

Ao consultar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Marilda concluiu, corretamente, que a referida correição:

- (A) é realizada pela equipe de correição da Corregedoria-Geral da Justiça;
- (B) é realizada pelo corregedor-geral da Justiça, que atuará pessoalmente;
- (C) é realizada pelo juiz auxiliar da Corregedoria, que atua por delegação do corregedor-geral da Justiça;
- (D) é realizada pelo juiz diretor do Fórum, devendo se basear nas instruções normativas estabelecidas pela Corregedoria-Geral;
- (E) se baseia na autorresponsabilidade dos órgãos controlados, que devem preencher os formulários necessários, o que pode acarretar a realização de uma correição extraordinária.

32

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, passou, no corrente exercício, de uma referência para a seguinte, na mesma classe.

À luz do Regime Jurídico aplicável ao caso, é correto afirmar que a narrativa descreve o instituto da:

- (A) assunção;
- (B) ascensão;
- (C) promoção;
- (D) progressão;
- (E) movimentação.

33

Maria sofreu os efeitos de ato praticado pelo juiz de direito Pedro, que reputava manifestamente ilegal. Por tal razão, decidiu impetrar mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

O órgão competente para processar e julgar o mandado de segurança é o(a):

- (A) Seção Única;
- (B) Órgão Especial;
- (C) Câmara Única;
- (D) Tribunal Pleno;
- (E) Conselho da Magistratura.

34

Maria, servidora ocupante de cargo em comissão no âmbito do Estado do Amapá, questionou o seu superior hierárquico em relação à possibilidade de vir a receber a denominada indenização de transporte.

O supervisor hierárquico respondeu corretamente, à luz do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Amapá, que a referida indenização:

- (A) é devida somente aos ocupantes do cargo de provimento efetivo de motorista;
- (B) é devida à generalidade dos servidores, para subsidiar o transporte ao local de trabalho;
- (C) é devida somente aos ocupantes de cargos de provimento efetivo, não aos ocupantes de cargos em comissão;
- (D) é devida aos servidores que utilizem veículo próprio para a realização de serviços externos afetos às suas funções;
- (E) não será paga aos servidores organizados em carreira que sejam remunerados apenas pela sistemática de subsídios.

35

Leila, servidora que atua junto ao ouvidor-geral do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, foi questionada por um usuário do serviço em relação à possibilidade, ou não, de o ouvidor adotar medidas de conciliação, mais especificamente entre o usuário e o Tribunal.

Com base na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, Leila informou corretamente ao usuário que a providência alvitrada:

- (A) é de competência da Câmara de Conciliação, não do ouvidor-geral;
- (B) pode ser adotada pelo ouvidor-geral, a exemplo da mediação;
- (C) não pode ser adotada, pois a atividade desenvolvida pelo Tribunal é incompatível com a conciliação;
- (D) não pode ser adotada, pois a função do ouvidor-geral é apenas a de receber e repassar as informações;
- (E) será necessariamente promovida pelo juiz auxiliar da Ouvidoria, como fase procedimental de caráter prévio.

36

O prefeito do Município X encaminhou solicitação formal ao Poder Judiciário do Estado do Amapá requerendo que fosse criada uma comarca, cujas lindes seriam sobrepostas aos limites territoriais do referido ente federativo.

À luz da sistemática estabelecida na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, é correto afirmar que, na análise do requerimento formulado, será:

- (A) avaliado se o Município X integra um Distrito que comporta a almejada divisão em uma nova comarca;
- (B) avaliado se o Município X é de difícil acesso ou é dotado de precários meios de comunicação, o que impede a criação da comarca;
- (C) realizada inspeção *in loco* pelo corregedor-geral, que irá constatar a presença dos requisitos exigidos e propor, ou não, a criação da comarca;
- (D) aferido se o Município X tem a população mínima de dez mil habitantes e o movimento forense anual de mil feitos, o que torna obrigatória a criação;
- (E) aferida a presença de requisitos especiais, presentes na densidade demográfica e no movimento forense, e gerais, que exigem edifícios públicos para o fórum e a cadeia.

**37**

Algacilda, deputada estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, integrava determinada comissão permanente dessa Casa Legislativa. Em certa reunião, escutou uma crítica do deputado estadual Jonas, no sentido de que um projeto de lei deveria ser votado no âmbito da própria comissão que ambos integravam. No entanto, por força do despacho exarado pela Presidência, a comissão permanente se limitaria a exarar parecer, cabendo a votação ao plenário.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição do Estado do Amapá, é correto afirmar que:

- (A) a comissão é mero órgão fracionário, logo, não pode votar o projeto de lei, conforme fora alvitrado por Jonas;
- (B) a votação por comissão permanente, na forma cogitada por Jonas, sempre depende de acordo de lideranças, não podendo ser prevista *in abstracto*;
- (C) a observação de Jonas estará correta se tiver amparo no regimento interno, sendo cabível a manifestação do plenário pelo voto de um quinto dos membros da Assembleia;
- (D) todo projeto de lei deve ser votado no âmbito das comissões, com posterior apreciação do plenário, que pode ratificar, ou não, logo, é parcialmente correta a observação de Jonas;
- (E) cabe à comissão permanente discutir e votar apenas os projetos de lei que forem indicados preliminarmente pelo plenário, cabendo a esse órgão a apreciação dos demais.

**38**

José, assessor de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, foi questionado por um colega a respeito das consequências da vacância dos cargos de presidente ou de vice-presidente do Tribunal.

José respondeu corretamente que, na hipótese de vacância:

- (A) deve ser sempre realizada nova eleição, sendo que o eleito terá um biênio de mandato;
- (B) deve ser sempre realizada nova eleição, sendo que o eleito apenas completará o período restante do mandato do antecessor;
- (C) caso ocorra em período inferior a seis meses para o término do mandato, o presidente será substituído pelo corregedor;
- (D) do cargo de presidente, sempre ocorrerá a sua substituição pelo vice-presidente, e, na vacância deste, a substituição ficará a cargo do corregedor;
- (E) caso ocorra em período inferior a seis meses para o término do mandato, o vice-presidente será substituído pelo desembargador mais antigo.

**39**

Ana, ocupante de cargo de provimento efetivo junto ao Poder Judiciário do Estado do Amapá, foi informada de que, observada a sistemática legal, o seu cargo fora extinto, o que acarretou a sua colocação em disponibilidade.

Cerca de dois anos depois, Ana foi informada de que retornaria à atividade em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis ao anteriormente ocupado, o que significa dizer que ocorrerá o(a) seu(sua):

- (A) aproveitamento;
- (B) incorporação;
- (C) reintegração;
- (D) regressão;
- (E) reversão.

**40**

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, que se encontrava no exercício ininterrupto da função há uma década, logrou êxito em ser aprovada em concurso público destinado ao provimento de cargo, no âmbito da mesma estrutura de poder, no qual receberia remuneração mais elevada. Tinha receio, no entanto, em relação às consequências que adviriam da sua não aprovação no estágio probatório, caso decidisse tomar posse no novo cargo.

Ao fim de suas reflexões, Joana concluiu corretamente que, caso não fosse aprovada no referido estágio probatório:

- (A) deveria ser exonerada;
- (B) deveria ser reconduzida ao cargo anteriormente ocupado;
- (C) não produziria qualquer efeito, já que fora aprovada no estágio probatório anterior;
- (D) teria o direito de opção por cargo diverso, que apresentasse as mesmas exigências de provimento;
- (E) só deixaria de se tornar estável por decisão tomada pelo voto de dois terços dos membros da comissão de estágio.



## Conhecimentos Específicos

41

Em determinada comarca, foram detectados três problemas:

(1) um morador escutava música em volume acima do aceitável, o que incomodava o seu confrontante; (2) uma indústria emitia gases poluentes na atmosfera, sem qualquer filtragem prévia, o que causava problemas respiratórios em todos que moravam ou passavam pela cidade; e (3) os adquirentes do produto X, da sociedade empresária Y, reclamavam de falhas no seu funcionamento.

À luz das atribuições constitucionais do Ministério Público na área cível, a instituição deve atuar:

- (A) em todas as situações descritas;
- (B) somente nas situações 2 e 3;
- (C) somente nas situações 1 e 3;
- (D) somente na situação 2;
- (E) somente na situação 1.

42

João, magistrado em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Alfa, e Maria, magistrada em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Beta, pretendiam realizar uma permuta.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar, em relação à situação de João e Maria, que a permuta:

- (A) somente é possível se forem magistrados de segundo grau de jurisdição, dentro do mesmo segmento de justiça;
- (B) não é admitida, considerando que são magistrados em atuação no território de estados autônomos entre si;
- (C) é possível entre magistrados do mesmo grau de jurisdição, qualquer que seja o segmento da justiça de um ou outro;
- (D) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, dentro do mesmo segmento de justiça;
- (E) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, ou de segundo grau, dentro do mesmo segmento de justiça.

43

Pedro, servidor público ocupante de cargo em comissão no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, foi questionado por Ana, sua colega de trabalho, recém-empossada em cargo de provimento efetivo, em relação à associação sindical dos dois.

Pedro respondeu corretamente, em relação à referida associação, que ela é:

- (A) vedada para ambos;
- (B) facultativa para ambos;
- (C) obrigatória para ambos;
- (D) obrigatória para Ana e facultativa para Pedro;
- (E) obrigatória para Pedro e facultativa para Ana.

44

O casal de lavradores, Maria e João, é proprietário de uma pequena propriedade rural. Apesar de não contar com empregados, a eficiência das técnicas utilizadas na propriedade não só permitia que suas necessidades de subsistência fossem atendidas como ainda possibilitava a comercialização do excedente. Em razão dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva, o que ocorrera em razão de intempéries climáticas, tinha receio da possibilidade de sua propriedade ser penhorada.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que a penhora:

- (A) é possível, já que o débito decorreu da atividade produtiva;
- (B) é possível, considerando que a produção não é destinada apenas à subsistência;
- (C) não é possível, considerando a natureza e a dimensão da propriedade, bem como a mão de obra utilizada;
- (D) não é possível, o que decorre apenas da natureza da propriedade, independentemente da natureza do débito;
- (E) é possível, desde que a propriedade tenha dimensão superior à do módulo rural, devendo ser assegurada a purga da mora.

45

O deputado estadual João almejava apresentar projeto de lei disciplinando determinada matéria no território do Estado Sigma. Ao analisar a Constituição da República, com o objetivo de verificar se o estado poderia legislar sobre a matéria, constatou que se tratava de matéria de competência legislativa concorrente. Verificou, ainda, que a União não tinha legislado sobre a referida matéria.

Por tal razão, João concluiu, corretamente, que:

- (A) a falta de legislação da União impede que o estado legisle sobre a matéria;
- (B) a falta de legislação da União não impede que o estado legisle sobre a matéria, sendo que a sua superveniência acarretará a revogação da lei estadual que lhe seja contrária;
- (C) o estado tem competência plena para legislar sobre a matéria, mas a superveniência de norma geral da União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrária;
- (D) nessa espécie de competência, o interesse do ente menor prevalece sobre o do ente maior, o que significa dizer que a superveniência de norma geral da União não afetará a lei estadual que lhe seja contrária;
- (E) nessa espécie de competência, cada ente federativo deve legislar sobre a matéria apenas em relação aos seus órgãos, de modo que haja concorrência em relação à matéria e segmentação na perspectiva territorial.

**46**

Maria foi eleita deputada federal pelo Partido Político Alfa. Logo após a posse, constatou que Alfa não preencheria os requisitos exigidos pela ordem constitucional para fins de recebimento dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

Preocupada com essa situação, Maria analisou a possibilidade de se filiar a outro partido político, tendo concluído, corretamente, que:

- (A) a nova filiação alvitrada, sem perda do mandato, somente é possível se houver anuência de Alfa à correlata desfiliação;
- (B) a nova filiação é possível, sendo assegurado o seu mandato, desde que o novo partido político tenha atingido os referidos requisitos constitucionais;
- (C) ao se candidatar ao cargo eletivo, Maria recebeu a confiança popular; logo pode se filiar ao partido político que melhor lhe aprouver sem perda do mandato;
- (D) como ela foi eleita pelo sistema proporcional, o mandato pertence ao Partido Político Alfa; logo não é possível que se filie a outro partido político sem perder o mandato;
- (E) apesar de a filiação a partido político ser uma condição de elegibilidade, o funcionamento parlamentar não apresenta correlação com a sua situação individual, não sendo possível a adoção da medida alvitrada.

**47**

João, oficial do Exército Brasileiro há cinco anos, tinha o sonho de ocupar o cargo eletivo de vereador no Município Alfa, onde fora nascido e criado, de modo a colaborar para a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao analisar a possibilidade de realizar o seu sonho, concluiu corretamente, à luz da sua situação funcional, que:

- (A) é elegível, desde que se afaste da atividade;
- (B) está com os direitos políticos suspensos enquanto exercer a função militar;
- (C) deve preencher apenas os requisitos de elegibilidade exigidos de qualquer cidadão;
- (D) é elegível, desde que seja agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará para a inatividade;
- (E) é inalistável, mas será elegível caso se desincompatibilize da função militar até seis meses antes da eleição.

**48**

Joana realizou alentada análise das características essenciais dos direitos sociais de estatura constitucional. Ao fim de suas reflexões, identificou três características afetas a esses direitos: (1) somente podem ser fruídos pela sociedade, não por um de seus membros em particular; (2) normalmente apresentam características prestacionais; e (3) como regra, não estão relacionados a aspectos orçamentários e financeiros.

De acordo com a Constituição da República, é correto afirmar, em relação às conclusões de Joana, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) apenas a conclusão 1 está certa;
- (C) apenas a conclusão 2 está certa;
- (D) apenas as conclusões 1 e 3 estão certas;
- (E) apenas as conclusões 2 e 3 estão certas.

**49**

Maria nasceu no território brasileiro quando seus pais, Juan e Belarmina, aqui se encontravam a serviço da embaixada da Espanha, país do qual eram nacionais. Pouco menos de cinco anos depois, passou a residir na Argentina juntamente com sua família, onde permaneceu até atingir a maioridade, o que ocorreu no último ano, momento em que passou a residir no Brasil.

Maria é:

- (A) brasileira nata;
- (B) brasileira naturalizada;
- (C) estrangeira, mas pode optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo;
- (D) estrangeira e irá adquirir a nacionalidade brasileira caso resida no Brasil por um ano ininterrupto, sem condenação penal, e requeira essa nacionalidade;
- (E) estrangeira, sendo considerada brasileira naturalizada caso resida no Brasil por mais de quinze anos ininterruptos, sem condenação penal, e requeira essa nacionalidade.

**50**

Após um processo revolucionário francamente apoiado pela população do país Alfa, um grupo extremista logrou êxito em dominar as estruturas estatais de poder. Esse grupo editou uma Constituição, cujo fim único e exclusivo era o de legitimar o seu poder de mando e perpetuá-lo, de modo que não houvesse pluralismo político ou renovação.

A Constituição do país Alfa deve ser classificada como:

- (A) nominal;
- (B) normativa;
- (C) semântica;
- (D) promulgada;
- (E) compromissória.

**51**

Os atos administrativos são manifestações unilaterais de vontade da Administração Pública que criam, extinguem ou modificam direitos. Seus elementos, que podem ser extraídos do Art. 2º, da Lei nº 4.717/1965, são:

- (A) competência, finalidade, forma, motivo e objeto;
- (B) competência, supremacia, forma, motivação e objeto.
- (C) competência, moralidade, estrutura, motivo e finalidade;
- (D) competência, finalidade, forma, motivação e publicidade;
- (E) competência, consensualidade, moralidade, publicidade e finalidade.

**52**

Cristiano, servidor público estável do Estado Ômega que atua na atividade de controle, observou situações que reputou corresponderem a exercício abusivo dos poderes administrativos, a seguir especificadas.

I. Meirele, servidora estável do mencionado estado, ao praticar determinado ato no âmbito de suas atribuições, extrapolou a competência delimitada na lei.

II. Ricardo, servidor estável do mencionado estado, no exercício de suas atribuições, atuou com o escopo de beneficiar parentes, agindo, assim, com vistas a alcançar objetivo diverso do interesse público.

III. Certo órgão competente está omissa em apreciar determinado requerimento, para o deferimento de um ato vinculado no âmbito de suas atribuições, há mais de dois anos.

Considerando as situações delimitadas no estudo do abuso dos poderes administrativos, cada uma das mencionadas situações corresponde, respectivamente, a:

- (A) I. desvio de poder; II. excesso de poder; III. omissão que também pode caracterizar abuso de poder;
- (B) I. abuso de poder; II. excesso de poder; III. omissão que não pode caracterizar abuso de poder;
- (C) I. excesso de poder; II. desvio de poder; III. omissão que também pode caracterizar abuso de poder;
- (D) I. desvio de poder; II. abuso de poder; III. omissão que não pode caracterizar abuso de poder;
- (E) I. excesso de poder; II. abuso de poder; III. omissão que não pode caracterizar abuso de poder.

**53**

Caso o poder público almeje realizar a alienação de determinado bem imóvel legalmente apreendido pelas autoridades competentes, mediante o preenchimento dos requisitos especificados na Lei nº 14.133/2021, deverá ser utilizada a modalidade licitatória:

- (A) leilão;
- (B) pregão;
- (C) convite;
- (D) concorrência;
- (E) diálogo competitivo.

**54**

No âmbito da organização da Administração Pública, observa-se que a divisão das respectivas funções do ente federativo pode ser operacionalizada por meio da descentralização ou da desconcentração.

Nesse último caso, há a criação de:

- (A) órgãos públicos, sem personalidade jurídica, cuja competência deve ser delimitada por lei, que integram a Administração Direta;
- (B) entidades administrativas, com personalidade jurídica de direito privado, criadas mediante autorização legislativa, que integram a Administração Indireta;
- (C) estatais, com personalidade jurídica de direito privado, cuja criação é autorizada por lei, que integram a Administração Indireta;
- (D) órgão públicos, dotados de personalidade jurídica de direito público, criados por lei, que integram a Administração Indireta;
- (E) entidades autárquicas, com personalidade jurídica de direito público, criadas por lei, que integram a Administração Direta.

**55**

Quando a função administrativa é exercida com presteza e rendimento funcional, alcançando resultados positivos para o exercício das respectivas atribuições, de modo satisfatório para a coletividade, tem-se o atendimento de determinado princípio expresso no Art. 37, *caput*, da Constituição da República.

Trata-se do princípio da:

- (A) eficácia;
- (B) eficiência;
- (C) publicidade;
- (D) operabilidade;
- (E) economicidade.

**56**

Após vencer algumas licitações e regularmente formalizar contratos administrativos com diferentes entes federativos, a sociedade Ômega verificou que tais avenças são suscetíveis a áleas extraordinárias, eventos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, onerosos, que retardam ou impedem a sua execução, impactando no respectivo equilíbrio econômico-financeiro, dentre os quais conviveu com a majoração de determinado tributo e com o atraso do poder público em promover uma desapropriação necessária para a realização de certa obra, por razões alheias à contratada.

Nesse contexto, as áleas anteriormente pormenorizadas são, respectivamente, designadas:

- (A) fato da administração e caso fortuito;
- (B) fato do príncipe e cláusula exorbitante;
- (C) cláusula exorbitante e fato do príncipe;
- (D) fato do príncipe e fato da administração;
- (E) cláusula exorbitante e fato da administração.

**57**

Álvaro foi investido em determinado cargo público efetivo, após a aprovação em concurso público, e acabou de completar dois anos de efetivo exercício. Já Bernadeth foi admitida em concurso público para determinada empresa pública que realiza atividade econômica e está trabalhando há cinco anos na respectiva atividade.

Diante das situações narradas e da disciplina constitucional dos agentes públicos, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) Álvaro alcançou a garantia de estabilidade no cargo em comento diante do transcurso do prazo necessário para tanto, a qual também é assegurada à Bernadeth;
- (B) Álvaro tem efetividade no cargo, mas não estabilidade, garantia essa que só é assegurada à Bernadeth na situação descrita;
- (C) a estabilidade somente pode ser alcançada por Bernadeth, diante das peculiaridades do regime jurídico funcional de Álvaro que são incompatíveis com tal garantia;
- (D) nem Álvaro, nem Bernadeth podem gozar da estabilidade na situação descrita, apesar de ambos estarem submetidos ao regime jurídico único;
- (E) Álvaro ainda não alcançou a estabilidade no cargo em questão, pois não preencheu os requisitos necessários para tanto, sendo certo que à Bernadeth não pode ser assegurada tal garantia, em razão de seu regime jurídico-funcional.

**58**

Lorena, servidora pública ocupante de cargo efetivo do Estado do Amapá, foi designada agente de licitação pela autoridade competente, sendo certo que, no exercício das respectivas atribuições, ela foi questionada acerca da obrigatoriedade de licitação para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, em situações em que não há viabilidade de competição.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, Lorena respondeu, corretamente, que:

- (A) é cabível a contratação direta por inexigibilidade de licitação;
- (B) é viável a contratação direta por ser dispensável a licitação na situação descrita;
- (C) a licitação é sempre obrigatória, incluindo, portanto, a situação questionada;
- (D) a Administração não precisa realizar licitação, mas pode optar pela contratação direta por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação;
- (E) a Administração poderia optar entre realizar a licitação ou promover a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**59**

Ao verificar que certos dados relativos à sociedade Alfa constantes de determinado banco de dados de órgão integrante da Administração Pública não são condizentes com a realidade, seus representantes foram informados de que caberia à sociedade o ônus de demonstrar eventual equívoco atinente a tais informações, em decorrência de certo atributo dos atos administrativos.

Nessa situação hipotética, o aludido atributo é o da:

- (A) imperatividade;
- (B) autoexecutoriedade;
- (C) heteroexecutoriedade;
- (D) presunção de veracidade;
- (E) indisponibilidade do interesse público.

**60**

As autoridades competentes da Administração Pública verificaram que, após a regular formalização de determinado contrato administrativo com a sociedade Begônia, a contratada descumpriu as cláusulas estabelecidas no contrato, de modo que, mediante o devido processo administrativo, a ela foi aplicada a respectiva sanção, de modo proporcional, com fulcro na Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a aplicação da sanção em comento corresponde à manifestação do(s) poder(es):

- (A) de polícia, em decorrência da denominada supremacia geral da Administração;
- (B) disciplinar, diante da relação de sujeição especial entre o contratante e o contratado;
- (C) de polícia, em razão da relação de sujeição especial entre o contratante e o contratado;
- (D) disciplinar, em decorrência da denominada supremacia geral da Administração;
- (E) de polícia, disciplinar e hierárquico, considerando a denominada supremacia geral da Administração.

**61**

Bernardo pretende viajar para uma cidade bastante turística do litoral brasileiro nas férias e, por isso, decidiu alugar, pela internet, um charmoso imóvel muito bem localizado no destino desejado, com jardim, quintal e uma bela vista. O anúncio da casa vinha acompanhado de diversas fotografias do local, demonstrando como o imóvel era atrativo. Assim, Bernardo prontamente aceitou os termos da locação e firmou o contrato com o proprietário do bem. A contratação não esclarecia, contudo, em nenhum momento, se todas as coisas que apareciam nas fotografias do imóvel estariam presentes na casa durante o período de locação para Bernardo.

Nesses termos, ao chegar ao imóvel durante suas férias, Bernardo pode descobrir que o proprietário retirou da casa, sem com isso descumprir a disciplina prevista pelo Código Civil Brasileiro para os bens jurídicos:

- (A) a mureta de alvenaria que separava o jardim da área da churrasqueira;
- (B) os azulejos portugueses valiosos que revestiam a parede da cozinha;
- (C) a palmeira frondosa que estava plantada no quintal dos fundos;
- (D) o lustre composto de valiosos cristais que adornava o teto da sala de estar;
- (E) a torneira na parede externa da casa que alimentava a mangueira para regar o jardim.

**62**

Eduarda, artista plástica, montou seu ateliê em um sobrado que recebeu de herança de sua avó paterna. Ela produz esculturas que coloca à venda para os visitantes do ateliê, feitas em madeira e pintadas à mão, nunca produzindo uma peça idêntica a outra anterior. As esculturas são revestidas de um verniz que lhes confere grande durabilidade.

De acordo com o Direito Civil Brasileiro, é correto classificar as esculturas produzidas por Eduarda como:

- (A) bens infungíveis e consumíveis;
- (B) bens infungíveis e pertencas do sobrado;
- (C) bens consumíveis e acessórios do sobrado;
- (D) bens fungíveis e não consumíveis;
- (E) bens não consumíveis e pertencas do sobrado.

**63**

Ângela e sua filha Adriana, estudante no último ano do ensino médio, moram na cidade de Macapá. Adriana comunicou à mãe que estava inscrita para prestar o exame vestibular de uma universidade situada na cidade de Brasília. A prova ocorreria dentro de poucos meses e, se aprovada, a jovem começaria o curso superior escolhido no ano seguinte. Na mesma semana em que soube da decisão da filha, e preocupada em providenciar uma habitação adequada para Adriana caso esta viesse a estudar em outra cidade, Ângela procurou sua amiga Fabiana, proprietária de um imóvel desocupado em Brasília. As duas amigas firmaram contrato de locação por meio do qual Fabiana se obrigava a alugar seu imóvel para Ângela, permitindo assim que Adriana ali residisse, caso esta fosse aprovada no vestibular, pelo prazo de quatro anos. Infelizmente, porém, momentos depois de assinar o contrato, Ângela recebeu uma ligação informando que Adriana viera a falecer na manhã daquele mesmo dia a caminho da escola, vítima de um acidente de trânsito.

Nessas circunstâncias, é juridicamente adequado afirmar que o contrato firmado entre Ângela e Fabiana é:

- (A) válido, porém permanecerá ineficaz;
- (B) nulo e não admite confirmação;
- (C) parcialmente inválido, mas produz parte de seus efeitos;
- (D) anulável, mas produz efeitos enquanto não sofrer anulação;
- (E) válido e plenamente eficaz.

**64**

Maurício, adolescente de 15 anos de idade, sempre sonhou se dedicar ao futebol. Desde muito cedo, ele se dedicou ao esporte e logo começou a participar de competições, sendo eventualmente contratado por um clube para jogar nas categorias de base. Compreendendo que seu filho já dispunha de maturidade suficiente para tomar suas próprias decisões e que um pouco mais de autonomia facilitaria sua atividade profissional como jogador de futebol, os pais de Maurício decidiram emancipá-lo, logrando formalizar o ato de emancipação junto ao cartório competente do Registro Civil. Já no dia seguinte ao registro do ato de emancipação, Maurício firmou um contrato publicitário com uma fabricante de equipamentos esportivos, sem o conhecimento de seus pais.

De acordo com o Direito Civil Brasileiro, deve-se considerar que esse contrato é:

- (A) válido, pois Maurício deve ser considerado plenamente capaz, apesar de menor de idade;
- (B) anulável, mas pode ser confirmado pelos pais de Maurício, tornando-se válido;
- (C) inválido, pois a emancipação de Maurício é nula de pleno direito;
- (D) nulo, pois a emancipação de Maurício foi limitada aos atos diretamente relacionados com sua atividade profissional;
- (E) formalmente inválido, mas tem sua eficácia reconhecida por força do ato de emancipação.

65

Ana Beatriz, adolescente de 16 anos de idade, sem o conhecimento de seus pais, vendeu seu computador usado para uma professora do colégio onde estuda, cobrando pelo aparelho um preço compatível com seu valor de mercado. Embora Ana Beatriz tenha realizado a entrega do computador para a professora no mesmo dia em que celebraram a compra e venda, a professora não pagou o preço combinado para a jovem, alegando que esquecera o dinheiro em casa. No dia seguinte, a professora foi demitida do colégio e Ana Beatriz acabou perdendo o contato com ela, nunca vindo a receber o que lhe era devido.

Considerando que existem prazos específicos previstos em lei para que Ana Beatriz tome alguma das alternativas judiciais cabíveis para proteger seus interesses, é correto afirmar que:

- (A) o prazo para que Ana Beatriz busque anular a compra e venda do computador começou a correr desde a data em que foi celebrado o contrato, mas o prazo para que ela, se preferir, cobre da professora o preço apenas começará a correr da data em que a jovem se tornar plenamente capaz;
- (B) o prazo para que Ana Beatriz busque anular a compra e venda do computador apenas começará a correr da data em que a jovem se tornar plenamente capaz, mas o prazo para que ela, se preferir, cobre da professora o preço começou a correr da data em que foi celebrado o contrato;
- (C) tanto o prazo para que Ana Beatriz busque anular a compra e venda do computador quanto o prazo para que ela, se preferir, cobre da professora o preço começaram a correr da data em que foi celebrado o contrato;
- (D) tanto o prazo para que Ana Beatriz busque anular a compra e venda do computador quanto o prazo para que ela, se preferir, cobre da professora o preço apenas começarão a correr da data em que a jovem se tornar plenamente capaz;
- (E) Ana Beatriz pode optar por pedir a anulação da compra e venda do computador ou por cobrar da professora o preço a qualquer tempo, pois os prazos previstos em lei para o exercício desses direitos só seriam aplicáveis se ela fosse plenamente capaz na data em que foi celebrado o contrato.

66

Jacira decidiu comprar um aparelho celular seminovo de sua amiga Joana. Conversando com a amiga, Jacira explicou que seu celular anterior fora danificado depois de cair no fundo de uma piscina na semana anterior. Por essa razão, afirmou Jacira, ela apenas aceitaria comprar doravante modelos de celular que fossem completamente à prova d'água. Joana, por sua vez, tranquilizou a amiga, afirmando que o celular que estava vendendo para ela era totalmente impermeável. As duas, assim, fecharam negócio. Após pagar pelo aparelho e levá-lo para casa, Jacira mostrou o celular para seu filho, que, tão logo viu o objeto, explicou para a mãe que aquele modelo tinha apenas uma resistência leve à água, mas não era totalmente impermeável, fato amplamente noticiado em todas as campanhas publicitárias do produto. Indignada, Jacira procurou um advogado, solicitando-lhe que tomasse as medidas judiciais cabíveis contra Joana.

Sobre o negócio jurídico celebrado por Jacira e Joana, é correto afirmar que:

- (A) não produziu nenhum efeito jurídico;
- (B) pode vir a convalescer com o decurso do tempo;
- (C) pode ter sua invalidade conhecida de ofício pelo juiz;
- (D) não admite confirmação por qualquer das partes;
- (E) qualquer pessoa pode invalidá-lo, inclusive o Ministério Público.

67

Roberto foi transferido de posto na empresa em que trabalha e passou, com isso, a precisar se deslocar todos os dias da cidade em que mora para um município vizinho. Decidiu, por isso, comprar um carro seminovo que pertencia ao seu amigo Alfredo. Para que Roberto se sentisse mais à vontade com a ideia de adquirir um veículo, Alfredo fez constar do contrato que Roberto teria a prerrogativa de se arrepender da compra e venda no prazo de até cento e oitenta dias. Passados nove meses da compra do veículo, Roberto foi novamente transferido, desta vez retornando à cidade de sua residência. Não mais necessitando do carro, ele decidiu fazer uso do direito de arrependimento previsto no contrato. Alfredo, por sua vez, embora nada alegue quanto ao prazo para o exercício daquele direito, recusa-se a devolver o preço pago por Roberto e a receber de volta o veículo, mesmo depois de judicializada a questão por Roberto.

Nessas circunstâncias, é correto afirmar que:

- (A) é nula a renúncia tácita de Alfredo à prescrição;
- (B) a prescrição da pretensão de Roberto pode ser conhecida de ofício pelo juiz;
- (C) é nula a renúncia tácita de Alfredo à decadência;
- (D) a decadência do direito de Roberto não pode ser conhecida de ofício pelo juiz;
- (E) as partes alteraram tacitamente, de comum acordo, o prazo prescricional.

68

Oswaldo fez seu testamento quando ainda era bem jovem, fazendo constar dele a determinação de que certos bens de sua propriedade deveriam ser destinados, após a sua morte, à criação de uma fundação voltada a apoiar a educação infantil na cidade onde ele morava. Tendo vivido por muitos anos, quando Oswaldo veio a falecer apurou-se que, embora todos os bens deixados por ele para a criação da fundação ainda pertencessem a ele no momento da morte, seu valor havia se depreciado drasticamente com o passar do tempo, de modo que se tornaram totalmente insuficientes para a constituição da pessoa jurídica.

Considerando que Oswaldo nada previu no testamento quanto ao risco de depreciação dos bens, determina o Código Civil brasileiro que a fundação:

- (A) não deve ser constituída, e os bens destinados a ela no testamento devem ser revertidos em favor dos herdeiros de Oswaldo;
- (B) pode ser constituída, mas deve necessariamente contar com prazo predeterminado para sua extinção, a ser fixado pelo Ministério Público;
- (C) deve ser constituída com os bens a ela destinados por Oswaldo, e o acréscimo de outros bens da herança que este tenha deixado, tantos quantos forem necessários;
- (D) pode ser constituída, mas deve necessariamente constar de seu estatuto a previsão de uma atividade que proporcione renda periódica para a pessoa jurídica;
- (E) não deve ser constituída, e os bens destinados a ela no testamento devem ser incorporados em outra fundação que se proponha a finalidade igual ou semelhante.

**69**

A loja Muitos Eletroeletrônicos Ltda. firmou contrato de compra e venda de trinta refrigeradores da marca Super Frio 3000 com o fabricante Geladeiras Super Frio Ltda. Durante as negociações, a loja esclareceu para o fabricante que apenas teria espaço em estoque para receber os produtos dentro de algumas semanas. Por esse motivo, ficou estipulado no contrato que tanto o pagamento do preço dos refrigeradores quanto a entrega destes somente deveriam ocorrer no prazo de um mês a contar da data da celebração do contrato.

Nessas circunstâncias, é correto afirmar que:

- (A) a loja pode, se desejar, impor ao fabricante que aceite o pagamento do preço antecipadamente, mas o fabricante não pode, se desejar, entregar os refrigeradores antes do prazo;
- (B) nenhuma das partes pode impor à outra que aceite o cumprimento antecipado das obrigações decorrentes do contrato, que são inexigíveis até o vencimento do termo;
- (C) o fabricante não pode impor à loja que aceite a entrega dos refrigeradores antes do prazo, mas o dever de pagar o preço é exigível imediatamente desde a celebração do contrato;
- (D) qualquer das partes pode renunciar aos termos estipulados e impor à outra que aceite o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato antes do vencimento do termo;
- (E) todas as obrigações contratuais são exigíveis imediatamente desde o contrato, mas os respectivos devedores não podem impor à outra parte que aceite o cumprimento antecipado.

**70**

Luciana mora com sua filha de 10 anos de idade em um apartamento alugado na cidade de Araçatuba, no Estado de São Paulo. Diariamente, ela se desloca de sua residência em Araçatuba até a capital daquele Estado, onde trabalha como servidora pública do Poder Judiciário, retornando para Araçatuba ao final do expediente. Aos sábados, Luciana leva sua filha para visitar o pai, Leonardo, seu ex-marido, na cidade de São José do Rio Preto, onde ele reside.

Considerando essas informações, é correto afirmar que:

- (A) Luciana tem domicílio voluntário, mas não tem domicílio necessário;
- (B) Luciana tem mais de um domicílio de eleição, mas não tem domicílio profissional;
- (C) a filha de Luciana tem mais de um domicílio necessário, mas não tem domicílio profissional;
- (D) a filha de Luciana tem mais de um domicílio voluntário, mas não tem domicílio necessário;
- (E) o domicílio da filha de Luciana é diferente do domicílio de Leonardo.

**71**

Sávio, delegado de polícia, relata um inquérito policial que tem por objeto a prática, em novembro de 2023, de um crime hediondo praticado por Fabiano. A autoridade policial aproveita a oportunidade para ler, nas nuances, a legislação de regência, atualizando-se sobre a temática.

Em observância às disposições da Lei nº 8.072/1990, Fabiano praticou o crime de:

- (A) tráfico ilícito de entorpecentes, na modalidade privilegiada;
- (B) roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca;
- (C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- (D) condescendência criminosa;
- (E) tráfico de influência.

**72**

João, no dia 14 de novembro de 2023, ingressou em um estabelecimento comercial e, mediante o emprego de uma arma de fogo, subtraiu o numerário existente no caixa, evadindo-se na sequência. Durante o processo penal, foi juntado, aos autos, um laudo pericial, em observância às formalidades legais, demonstrando que, à época dos fatos, João, em razão de uma determinada doença mental, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito da conduta que praticou.

Considerando as disposições do Código Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, João será absolvido:

- (A) impropriamente, em razão da inimizabilidade penal do acusado, excludente de culpabilidade;
- (B) propriamente, em razão da inimizabilidade penal do acusado, excludente de culpabilidade;
- (C) propriamente, em razão da inimizabilidade penal do acusado, excludente de tipicidade;
- (D) impropriamente, em razão da inimizabilidade penal do acusado, excludente de ilicitude;
- (E) propriamente, em razão da inimizabilidade penal do acusado, excludente de ilicitude.

**73**

João caminhava pelo Parque XYZ, no Município Alfa, ocasião em que Caio, empregando uma arma de fogo, anunciou a prática do crime, exigindo a entrega do telefone celular da vítima. João, após entrar em luta corporal com Caio, desferiu-lhe um soco no rosto, causando-lhe imediato desmaio. Socorrido no hospital mais próximo, Caio recobrou prontamente a consciência, demonstrando perfeito estado de saúde.

Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que não há crime, uma vez que João atuou sob o manto do(a):

- (A) exercício regular de um direito, excludente de culpabilidade;
- (B) exercício regular de um direito, excludente de ilicitude;
- (C) estado de necessidade, excludente de ilicitude;
- (D) legítima defesa, excludente de culpabilidade;
- (E) legítima defesa, excludente de ilicitude.

**74**

João, maior e capaz, e Caio, adolescente, subtraíram, mediante grave ameaça, consubstanciada no emprego de palavras de ordem, o veículo automotor de propriedade de Joana, evadindo-se na sequência. Registre-se que João tinha conhecimento de que Caio era menor de idade. Consigne-se, ainda, que Caio dispunha de envolvimento pretérito na prática de outros atos infracionais análogos a crimes patrimoniais.

Considerando as disposições do Código Penal e da Lei nº 8.069/1990, João responderá pela prática do crime de roubo:

- (A) majorado pelo concurso de pessoas, não podendo ser responsabilizado pelo delito de corrupção de menores, porquanto Caio já dispunha de prévio envolvimento com a prática de atos ilícitos;
- (B) simples, não podendo ser responsabilizado pelo delito de corrupção de menores, porquanto Caio já dispunha de prévio envolvimento com a prática de atos ilícitos;
- (C) simples e pelo delito de corrupção de menores, desde que, em relação ao último, o representante legal do adolescente ofereça representação;
- (D) majorado pelo concurso de pessoas e pelo delito de corrupção de menores;
- (E) simples e pelo delito de corrupção de menores.

**75**

Caio, juiz de direito, Tício, deputado estadual, e Jonas, prefeito do Município Alfa, conversam, informalmente, sobre a legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, em especial acerca do alcance do diploma legal sobre a atuação dos três.

Considerando as disposições da Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- (A) Caio pode ser autor dos crimes de abuso de autoridade no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las. Por outro lado, Tício e Jonas, em razão dos cargos ocupados, não estão abarcados pela legislação que tipifica os referidos delitos;
- (B) Jonas pode ser autor dos crimes de abuso de autoridade no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las. Por outro lado, Caio e Tício, em razão dos cargos ocupados, não estão abarcados pela legislação que tipifica os referidos delitos;
- (C) Caio e Tício podem ser autores dos crimes de abuso de autoridade no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las. Por outro lado, Jonas, em razão do cargo ocupado, não está abarcado pela legislação que tipifica os referidos delitos;
- (D) Tício e Jonas podem ser autores dos crimes de abuso de autoridade no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las. Por outro lado, Caio, em razão do cargo ocupado, não está abarcado pela legislação que tipifica os referidos delitos;
- (E) Caio, Tício e Jonas podem ser autores dos crimes de abuso de autoridade no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

**76**

Durante as festividades do aniversário de 50 anos de Jonas, que ocorriam na sua residência, Matheus, irmão do aniversariante, subtraiu, sem violência ou grave ameaça, a quantia de R\$ 1.000,00, de propriedade do primeiro, aproveitando que todos os presentes estavam desatentos. Ao tomar ciência dos fatos, a vítima nada fez, afirmando que não gostaria de prejudicar o seu parente colateral de segundo grau.

Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus:

- (A) não responderá pelo crime de furto qualificado, porquanto não houve a representação da vítima, irmão do acusado;
- (B) não responderá pelo crime de furto simples, porquanto a conduta foi praticada contra o irmão do acusado, ensejando a isenção da pena;
- (C) responderá pelo crime de furto de coisa comum;
- (D) responderá pelo crime de furto simples;
- (E) responderá pelo crime de estelionato.

**77**

Caio, Presidente da República Federativa do Brasil, enquanto cumpria agenda oficial em Nova York, nos Estados Unidos da América, é vítima de um crime contra a vida, perpetrado por Tício. Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que o crime praticado por Tício, cometido no estrangeiro:

- (A) não está sujeito à lei brasileira, que só tem aplicabilidade às condutas perpetradas no estrangeiro que caracterizem crime contra a fé pública da União;
- (B) não está sujeito à lei brasileira, que só tem aplicabilidade às condutas perpetradas no território pátrio;
- (C) está sujeito à lei brasileira, sendo uma manifestação de extraterritorialidade incondicionada;
- (D) está sujeito à lei brasileira, desde que haja requisição do ministro da Justiça;
- (E) está sujeito à lei brasileira, desde que Tício entre no território nacional.

**78**

Caio, torcedor fanático da Seleção Brasileira de Futebol, recebeu uma ligação, afirmando que foi sorteado para acompanhar a final de um campeonato entre o Brasil e a Argentina. Para tanto, ele deveria comparecer à sede da empresa que realizou o sorteio para retirar o ingresso. Assim sendo, Caio, agente público, saiu às pressas da repartição onde trabalha, levando consigo o telefone celular do órgão público, acreditando ser o seu aparelho de telefonia móvel, posto que ambos são idênticos.

Considerando as disposições do Código Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que Caio:

- (A) não responderá por qualquer crime, por força do erro de proibição indireto;
- (B) não responderá por qualquer crime, por força do erro de proibição direto;
- (C) não responderá por qualquer crime, por força do erro de tipo;
- (D) responderá pelo crime de concussão;
- (E) responderá pelo crime de peculato.

**79**

Mário, recém-aprovado em um concurso público, ao encontrar-se com Paulo, empresário e amigo de longa data, solicita a quantia de R\$ 1.000,00 para beneficiá-lo no exercício das funções públicas, tão logo seja nomeado e empossado. No entanto, o último nega a proposta e pede que Mário não a repita.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Mário:

- (A) não responderá por qualquer crime, em razão do princípio da insignificância, que afasta a ilicitude da conduta perpetrada;
- (B) não responderá por qualquer crime, porquanto não havia assumido, por ocasião da conduta, o cargo público;
- (C) responderá pelo crime de corrupção passiva, na modalidade consumada;
- (D) responderá pelo crime de corrupção ativa, na modalidade tentada;
- (E) responderá pelo crime de excesso de exação, na modalidade tentada.



**80**

João, empresário de sucesso, caminhava pela orla de uma determinada praia, ocasião em que veio a ser sequestrado por Caio, que o levou a um distante cativeiro. Em seguida, Caio ligou para a esposa da vítima e exigiu a transferência de R\$ 50.000,00, como preço do resgate, o que foi feito. Após 48 horas do início dos eventos, João foi entregue à sua família.

Considerando as disposições do Código Penal, Caio incorrerá nas penas do crime de:

- (A) extorsão mediante sequestro simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena;
- (B) extorsão simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena;
- (C) extorsão mediante sequestro, na modalidade qualificada;
- (D) sequestro, na modalidade qualificada;
- (E) extorsão mediante sequestro simples.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

